

## *A Península: Jornal Litterario e Instructivo.* Porto, 1852\*

Maria Fernanda de Abreu  
Universidade Nova de Lisboa – FCSH

1. A 8 de Janeiro de 1852, «terrível ano bissexto», sai no Porto, na Tipografia da Revista, Rua das Hortas, nº 71, um «Semanário Litterario e Instructivo» cujo editorial de fundação, depois de reconhecer que «apesar de tudo nós não ficámos completamente estranhos ao movimento literário que se operou na Europa com o triunfo das ideias liberais e que em grande parte lhe é devido» [«uma revolução grandiosa»], proclama:

A revolução circunscreveu-se a Lisboa e a Coimbra, mais à escolar do que à catedrática. Em ambas estas cidades alguns bons jornais literários tem havido, não sendo muito maior do que o número destes o dos jornais políticos, em quanto que no Porto, onde já se contam sete jornais políticos não há nem um só literário! Confessemos-lo – é uma vergonha!

E por isso, aqui estão eles, um jovem grupo de redactores, a criar esse jornal «para operar o bem necessário». Fazem-no sem «a mais ténue sombra de orgulho», dizem, e crêem «que ninguém verá nele que censurar, mas antes muito que louvar».

E por onde se propõem eles começar? Aí vem a surpresa. Ouçamos:

Nós propomo-nos principiar – principiar unicamente – a tarefa de fazer conhecida entre nós a literatura espanhola, bem como o grau de desenvolvimento a que têm chegado alguns ramos da ciência social na nossa irmã e vizinha. É um terreno, que pode dizer-se, se arroteia pela primeira vez. Esta circunstância pedimos que no-la levem em conta.

A surpresa, disse eu. Mas, afinal, a promessa vinha já no nome da Revista, a promessa ou, pelo menos, a sugestão dela. O jornal é «literário» e o nome *A Península*. E é, precisamente, justifi-

\* Este texto teve por base a comunicação apresentada nas *Primeiras Jornadas de Outono sobre Culturas e Literaturas Ibéricas*, organizada pelo Instituto de Estudos Ibéricos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 28 e 29 de Outubro de 2004.

cando, já no fim do editorial, o nome com que o baptizaram, que eles escrevem a referida proposta programática.

O propósito será retomado e desenvolvido no nº 21, a 8 de Junho de 1852, num artigo de quase duas páginas, intitulado «Sobre as relações literárias de Portugal com a Espanha». Aqui, o autor, A. Ribeiro da Costa, começa por citar a passagem final do artigo de fundação, que antes reproduzimos, onde se enuncia o propósito de «fazer conhecer entre nós a literatura espanhola». E depois de vários desenvolvimentos, afirma o seguinte:

Realmente é vergonhosa a nossa ignorância; ao passo que estamos em dia com todas as obras, que a ciência e a literatura publicam quotidianamente em França, que temos algum conhecimento da literatura inglesa, e que começamos a estudar os livros alemães, apenas um ou outro livro espanhol nos chega às mãos vindo de França, onde se imprimiu, sem que nem um só volume nos venha directamente de Espanha!

E continua, informando-nos de alguns episódios que se afiguram como particularmente pertinentes para o estudo da circulação da literatura de um no outro país. Assim:

Lá acontece outro tanto, porque, segundo a comunicação que o Sr. Ferrer fez ao governo em 15 de Maio próximo passado – nas lojas de livros de Espanha não se encontra à venda um só livro português, nem os homens lidos têm conhecimento das obras modernas de Portugal, e mesmo das antigas apenas conhecem poucas!

Mas como não há-de ser assim, se não há um só livreiro (no Porto ao menos) que queira encarregar-se de encomendas de livros espanhóis?!

Quisemos mandar vir algumas obras espanholas, de que tínhamos conhecimento, e não encontramos um só livreiro, que quisesse encarregar-se de no-las mandar vir; ofereciam-se para mandar vir de França as que eram edições francesas! Procurámos um catálogo de obras modernas espanholas, e nem o encontramos, nem se prontificaram a mandá-lo vir de algum livreiro de Espanha.

Quisemos pôr-nos em relações com dois dos jornais literários de Madrid, enviamos-lhe alguns números deste jornal, pedindo-lhes a troca, e nem sabemos, se as suas redacções se recusaram, ou nem ao menos se eles chegaram aos seus destinos. Procuramos aqui o correspondente de um destes jornais – o *Semanário Pintoresco Español* – assinamos este jornal por um ano, pedimos e rogamos com instância que no-lo remetessem sem falta, voltamos segunda, terceira e mais vezes a fazer a mesma recomendação, e ainda até agora não recebemos um número sequer!

Falar desta Revista hoje, e aqui, foi-me suscitado pelo nome que o Instituto de Estudos Ibéricos que organiza estas Jornadas decidiu atribuir à Revista que, cerca de século e meio depois, fundou, precisamente, *Península*. É, também, uma forma de a saudar.

Comparar o artigo de fundação desta *Península* com o daquela *A Península* indicia o imenso caminho percorrido. Se antes ainda se lutava pelo conhecimento da literatura espanhola em Portugal agora, sem que aquele propósito deva ser posto de parte, é já possível propor um espaço de publicação dedicado aos «estudos das culturas e das literaturas ibéricas». E vai-se mais longe. O artigo (nº 0, 2003), assinado por «A Direcção e a Redacção», abre afirmando «a importância dos estudos de história da cultura e da literatura na Península Ibérica, abrangendo áreas distintas mas complementares – da literatura às artes, do pensamento às práticas culturais – e contemplando as várias línguas do espaço ibérico» e reconhece que essa importância «não precisa hoje de ser lembrada e enfatizada». Por isso, a Revista se propõe como «um desses palcos» «de debate e de partilha de resultados de investigação» – que se afirma serem precisos, palcos vários, «de diversos pontos de encontro de diferentes perspectivas que contribuam para um melhor conhecimento das rela-

ções culturais e literárias ibéricas (tendo em conta necessariamente tanto o seu contexto europeu como o iberoamericano)».

A resenha de que a *Península* foi já objecto no órgão oficial da Asociación Internacional de Hispanistas (*Boletín*, nº 10, 2004) mostra a boa recepção que esta mereceu e que, entre outros aspectos, já não há a lamentar o isolamento ou a falta de comunicação e troca de que se queixava, em 1852, o redactor do jornal portuense, em relação aos periódicos espanhóis.

2. Tornemos, pois, a *A Península* e a Janeiro de 1852. Sem, no entanto, deixar, antes, de advertir que este esboço de trabalho se insere numa linha de pesquisa que se espera ter mais desenvolvimentos se condições de investigação o permitirem: o estudo (levantamento e análise) dos periódicos de cujo programa editorial constem as relações culturais entre Portugal e qualquer uma das restantes regiões no espaço ibérico.

No editorial de *A Península*, diz-se ser este o primeiro desses periódicos. Tomemo-lo agora como tal mas não descuremos que buscas posteriores nos aportem outros dados, com alguma importância na abertura do caminho.

Era claro que se tratava de uma empresa com poucos meios, isto é, concretamente, pouco dinheiro e poucas pessoas dedicadas à tarefa. A «sobriedade» da página de título, a ausência de qualquer gravura no seu interior... Mas isso, sabemos-lo bem, era situação habitual no contexto da imprensa «literária e instrutiva» da época. O luxuoso *O Panorama*, que desde 1837 ocupava um lugar cimeiro no meio, é quase excepcional.

Do volume primeiro teremos Índice. Mas o volume 2º já o não tem. E Eduardo Souza Dantas, o proprietário, indica em nota manuscrita ao segundo volume, iniciado a 8 de Janeiro de 1853, que este «se acha incompleto porque não chegou a publicar-se mais do que o primeiro semestre».

Durou, pois, escasso ano e meio, o nosso jornal. E quem eram os seus redactores, esses cuja tarefa consistia em dar a conhecer a literatura espanhola aos leitores portugueses?

Vejamos. Coelho Louzada escreve sobre Cervantes e Juan Nicásio Gallego, na sua morte; Arnaldo Gama, sobre Macías, el Enamorado, a 30 de Abril de 1852, sobre Zorrilla, em vários números, sobre Ginés Pérez de Hita, elogiando o seu *Historia de las Guerras Civiles de Granada* e publica, a partir deste, um romance em folhetim, *O Chefe dos Abencerragens (Historia de Granada, séc. XVI)*, que dedica a seu irmão Eduardo de Souza Dantas da Gama, o proprietário do periódico; Delfim O. Maya escreve sobre Martínez de la Rosa e publica a narrativa histórica *Fernão Cortez*, que se estende por seis números; Ribeiro da Costa, «Sobre as relações literárias de Portugal com a Espanha» e Amorim Viana, «Da nobreza de Castela».

E que idades têm? Coelho Louzada e Arnaldo Gama nasceram em 1928, Delfim Maria de Oliveira Maya, em 1829. São jovens, todos eles. E, ao mesmo tempo que dão conta aos leitores portugueses de algumas obras da literatura espanhola, iniciam, nas páginas de *A Península*, os dois primeiros, a sua própria obra literária. Arnaldo Gama começa a publicação do seu *Paulo, o Montanhês* e Coelho Louzada, *A Rua Escura*. Interessante, pois, seria ver, por outro lado, se, e de que modo, os textos dos espanhóis que, minuciosamente, resenham, transcrevem, traduzem e parafraseiam, estão presentes nas suas ficções: outra linha de investigação que, nalgum momento, importará prosseguir.

As crónicas são, em geral, bilingues. No artigo dedicado a «Macías, *El Enamorado*», o poeta mítico castelhano dos séculos XIV-XV que Mariano José de Larra tinha celebrado no romance *El Doncel de Don Enrique* (1834), no número de 30 de Abril de 1852, Arnaldo Gama transcreve as canções de Macías no original, dizendo, aliás, que «a língua em que está escrita é um mesclado de português e espanhol – porém mais português. Não é perfeitamente o idioma galego».

No número 9, do volume II, de 8 de Março de 1853, tem início um artigo, não assinado, que se há-de concluir no número 11, duas semanas mais tarde, sobre a obra *Segunda Vida*, «um poema humanitário tal como este século, já o dissemos, os pode ou deve produzir, no género de Faust e de Manfredo» de J. Heriberto Garcia de Quevedo. Também aí, encontramos transcrições do poema, no original castelhano: «amostras», escreve o autor do artigo, «que o leitor saberá apreciar», aqui trazidas com o fim de «chamar a atenção para a literatura moderna do reino vizinho, onde bastantes provas mostram uma tendência da poesia para este género fantástico, místico e zombeteiro ao mesmo tempo». Finalmente, é-nos dado a saber que Zorrilla e Espronceda são considerados «as duas mais afinadas líras da escola moderna» e que o *Diablo mundo* é tido como «uma excelente mostra» do género aqui trazido através deste poema de H. García de Quevedo.

A introdução do artigo proporciona dados interessantes. Começa por repetir a afirmação que tínhamos encontrado desde o início da Revista, no artigo de fundação, e que se constitui num tópico, uma e outra vez lembrado ao longo das suas páginas:

Em Portugal a literatura talvez menos conhecida é a da nação que pelo seu carácter, pelos seus costumes, pela sua língua mais se aproxima da nossa; a que mais perto de nós se encontra. Não queremos já falar da literatura francesa, que a moda depois de alguns séculos tornou vulgar às pessoas de instrução e que hoje é quase indispensável e universal; porém a alemã, a inglesa e a italiana, senão no original, nas traduções, são bem mais conhecidas em Portugal que a espanhola.

O texto repete, pois, o que já lêramos no início. Uma ideia nova, todavia, que importa destacar, surge nesta passagem: a da proximidade da «nação» espanhola com a portuguesa, «pelo seu carácter, pelos seus costumes, pela sua língua». É a consciência de algo que encontramos assinado em Garrett, Camilo e outros escritores da segunda metade do século até chegar às aturadas reflexões de Antero e à *História da Civilização Ibérica*, de Oliveira Martins.

Por aquelas razões, reitera-se, no final da introdução: «A *Península* vai continuar a familiarizar-nos com os nossos irmãos de além-raia, apresentando pouco a pouco as biografias dos seus escritores coevos e antigos e a análise das suas obras». E, assim, das literaturas europeias a que «mais pode aproveitar-nos e que nos pode dar a mão na regeneração do belo idioma de Vieira e de Lucena [um Lucena de quem hoje já quase ninguém fala], é a espanhola, a dos bons autores, que bem eivada também anda ela hoje».

Bem sabemos como alguns observadores das relações políticas entre Portugal e Espanha verão nestas palavras a insidiosa presença dos projectos «iberistas». Na Revista, vamos encontrar, no nº 40, de 31 de Outubro, na secção «Crítica Literária» e sob o título «Ibéria», assinado por «C. J. Vieira» (Custódio José) um comentário a uma «memória», com aquele nome, «escrita originariamente em espanhol e traduzida na nossa língua», «desabonada de paternidade», anónima, pois, de autor e tradutor, onde se aprecia as «vantagens da união» e os «inconvenientes da separação». O articulista começa por se afirmar «sectário da ideia principal que serve de assunto deste opúsculo». Como tal, e também como português, diz, lhe «cumprir falar» do mesmo. E acrescenta: «Deste modo se paga também uma pequena parte da dívida que *A Península* contraiu».

Interessante, sem dúvida, nesta perspectiva, será conhecer em que consiste exactamente esta «dívida». Até que ponto defenderiam os redactores da Revista uma «união» ou «federação» ibérica? A prudência aconselhará a não fazer juízos veementes. Confundindo qualquer apreciação simplista, aí temos, nas suas páginas, um pouco antes, a 23 de Agosto, no número 31, um artigo, intitulado «Acção valorosa de dois portugueses em Pernambuco», que se insere na campanha contra as guerras que, então, se travava na opinião pública. Aí, lemos: «Uma das páginas mais gloriosas

da nossa história é sem dúvida a da guerra da independência. Um punhado de conjurados levanta o grito de liberdade em Lisboa, e esse punhado bastou a arrancar um reino à poderosa Espanha. Depois de sessenta anos de escravidão, Portugal sacudiu o jugo dos Filipes com uma heroicidade, que em nada desmereceria o sangue dos Gamas, Pachecos e Albuquerque». No fim do artigo, a completar a página, uma anedota, «dito agudo de um castelhano»: «No tempo da guerra da nossa independência contra a Espanha...».

3. Deixemos, pois, aos especialistas a análise destes dados. Esse, já o dissemos, não é o nosso objectivo. Determinado este por um projecto no âmbito dos estudos de Literatura Comparada, o que nos importa, aqui, é atentar no modo como se foi construindo a teia das relações literárias, obviamente sem desrespeito por outro tipo de relações que, aliás, hão-de sempre ser tidas em conta e com elas entrecruzar-se.

Tornemos, pois, à introdução do artigo sobre o livro de H. García de Quevedo. Não despreciando é o facto de o articulista não se ter referido em nenhum momento à circunstância de o autor da obra *Segundo Via*, que se prepara para nos apresentar, ser venezuelano e não espanhol, apesar de ter colaborado com Zorrilla. Não o saberia ele? Ou era suficiente a utilização da língua castelhana, em livros, aliás, frequentemente publicados em Paris, para que estes fossem representativos da boa «literatura espanhola»?

A questão da língua, do uso literário da língua, parece, na verdade, constituir, também, um factor primordial. E, entre outras, ela fundamenta, vimo-lo já, a *citação*, sem restrições ou pruridos nacionalistas, dos textos em castelhano. A certa altura, encontramos mesmo uma justificação explícita que se apresenta como do âmbito estritamente estético. No artigo de Delfim O. Maya sobre Martínez de La Rosa, e concretamente a sua tragédia *La viuda de Padilla*, em dois números de Outubro de 1852, cita-se longamente «alguns pedaços», para «fazer ver», entre outros, «a força com que está desenhado o carácter» da personagem. No fim do mesmo, escreve o articulista: «Longo já vai este artigo e longo de citações. Mas como é possível no meio da quase geral ignorância da literatura espanhola, fazer conhecer um escritor sem fazer frequentes citações? Os artigos de crítica são bons para discutir o mérito de um escritor conhecido, mas nada servem para o fazer conhecer». E é ainda nesse sentido que, com o propósito de fazer «os leitores avaliarem o talento poético de Martínez de La Rosa e o seu modo de escrever tão singelo, natural e cheio de sentimento e poesia», imediatamente se passa a transcrever a sua *Canción del cautivo*.

Dir-se-ia que, além do mais, ou até talvez em primeira instância, têm os jovens redactores de *A Península* o propósito de colmatar aquela lacuna de que, anteriormente, os ouvimos queixar-se, isto é, o difícil, ou mesmo impossível acesso às obras da literatura espanhola por desinteresse dos livreiros de um e de outro lado.

Além da *citação*, já o dissemos, o *resumo*, a *paráfrase* e a *tradução* constituem os demais recursos utilizados pelos jovens redactores de *A Península* para cumprir o seu programa editorial. Neste sentido, deve ser objecto de estudo atento e minucioso, um estudo que, aqui, não cabe fazer, o já referido folhetim encetado por Arnaldo Gama, assinado «A. S. D. Gama», no número de 30 de Setembro de 1852, com o título

O CHEFE DOS ABENCERRAGENS,  
(Hist. de Granada. Sec. XVI).

A MEU IRMÃO  
EDUARDO DE SOUZA DANTAS DA GAMA

Uma «introdução» situa os leitores no tempo da acção e nas principais circunstâncias históricas e políticas que a enquadram. E termina, antes de passar ao capítulo I: «Tal é em resumo a história da revolução de Granada no ano de 1568. Foi por ocasião da tomada de Galera que teve ocasião o facto que vou relatar; o qual se acha memorado na *Historia de las guerras civiles de Granada* de Guines [sic] Pérez de Hita, contemporâneo desta guerra».

Para outra situação, que não a destas Jornadas, fica, pois, uma análise literária e comparatística que nos permita observar de que natureza é a relação intertextual que o folhetim de Arnaldo Gama tece com o romance de Pérez de Hita, em que modos discursivos se constrói esta recepção, que circunstâncias e/ou motivações estético-narrativas e históricas, políticas e culturais a determinam e orientam. Para outra também, e com diferentes objectivos, a de rastrear um terreno de análise já antes apontado: a «presença», e de que forma, ou a ausência dela, da obra dos escritores espanhóis transcrita, resumida, traduzida, parafraseada ou resenhada, na obra literária que o escritor português, por essa mesma altura, dava à estampa, em folhetim, igualmente nas páginas da Revista.

De bem diferente teor, e já noutra nível, encontramos, ainda, n' *A Península* a presença espanhola ou das relações entre ambos os países na secção de «Variedades», desde textos de reflexão política até anedotas e informações soltas. Na primeira, caberia destacar, no número 2 do segundo ano e volume II, a transcrição, em tradução, do «Memorial dirigido a Carlos 1º de Espanha por Diogo Furtado de Mendoza», um texto apresentado como de «arqueologia política» e introduzido pela Redacção com as seguintes palavras: «Abstemo-nos de comentar o documento que se segue e que estampamos por o julgarmos inteiramente curioso. Não é só o seu valor literário que o torna tal, é também a apreciação que nele se faz de sucessos que na história ocupam largas páginas e pelo modo com que o seu autor se dirige a um dos maiores monarcas que tem existido».

No «Memorial», em forma de carta dirigida ao Rei, o autor, Diego Hurtado de Mendoza, apresentado aqui com nome (a meias) traduzido, manifesta-se veementemente contra o abandono de Milão por parte daquele, advertindo-o de que a dita saída – Milão é «o alicerce da Itália» – levará à queda de toda a província. Comparações com chefes do Império Romano, metáforas e imagens, conjugadas com abundantes recursos retóricos do cânon oratório, sustentam e desenvolvem a argumentação do escritor espanhol para exortar o Rei, «senhor de Alemanha, de Espanha e de Itália e da maior parte da Europa», «reinos e senhorios» que lhe vieram «às mãos», a defender Milão, «que pode».

Não sabemos se circunstâncias políticas estão subjacentes à publicação deste documento ou se se trata, apenas, como se insinua na apresentação, de curiosidade histórica. O mesmo Carlos 1º de Espanha, aliás, é o protagonista de uma anedota publicada na secção «Variedades», de 31 de Janeiro de 1853, com o título, interessante, de «Espanholada portuguesa», tirada, certamente de esse anedotário que a desconfiança do vizinho mais poderoso, uma desconfiança, no entanto, completamente ausente dos propósitos explicitados do periódico, tem, ao longo dos tempos, inspirado aos portugueses:

Carlos 1º de Espanha, andando um dia à caça, encontrou o embaixador de Portugal, que daqui se dirigia para Madrid. O imperador-rei ao ver a grande comitiva de que ia acompanhado exclamou:

– Eia, el-rei de Portugal manda-te conquistar o meu reino?

– Não, real senhor – responde o nosso embaixador; - se tal fosse o seu intento, enviava menos gente.

4. Anedota à parte, ou até, precisamente, integrando-a descomplexadamente, como agora se diria, na andadura que se propõe levar a cabo, vai, assim, *A Península*, artigo a artigo, cumprindo o seu propósito editorial, no pouco tempo que lhe é possível sobreviver.

Pouco tempo depois, em 1855, sairá, em Lisboa, a *Revista Peninsular*, que, sob a égide da memória de Garrett e da sua amizade com o Duque de Rivas, uma amizade forjada no exílio, propõe um programa semelhante, agora dispondo de meios, financeiros e humanos, muito mais avultados. A introdução, assinada por Mendes Leal, reafirma e desenvolve, sem nunca se lhe referir, as motivações e os propósitos enunciados no artigo de fundação da modesta *A Península*, o *Jornal Litterario e Instructivo*, que uns poucos jovens tinham fundado no Porto, no início de 1852. Prestemos-lhe nós, a século e meio de distância, a homenagem que lhe cremos devida.



